



## PERU

# Bloqueios avançam

País registra recorde de estradas fechadas um dia depois de a presidente Dina Boluarte anunciar, em mensagem televisionada, que não vai abandonar o cargo. Manifestantes ameaçam fazer uma "tomada da capital"

Um dia depois de a presidente peruana Dina Boluarte anunciar, em uma mensagem televisionada, que não vai renunciar ao cargo, o país registrou o maior bloqueio de vias desde o início dos protestos contra o atual governo. Mais de 100 trechos de rodovias permaneciam fechados por manifestantes ontem, que prometem, inclusive, viajar a Lima para uma "tomada da capital".

O apoio de governadores regionais e de várias associações profissionais pela renúncia aumentaram a pressão sobre Boluarte. A deputada opositora Susel Paredes afirmou, em uma emissora de rádio, que o processo "está amadurecendo" e que a saída, na quinta-feira, do ministro do Trabalho, Eduardo García, "é o começo do fim". García saiu do governo por não concordar com a forma de enfrentamento aos protestos.

As regiões do sul andino estão tomadas por uma convulsão social que já deixou pelo menos 49 mortos desde o início de dezembro, quando Boluarte assumiu a Presidência em decorrência de uma tentativa fracassada de autogolpe por Pedro Castillo. Vários coletivos exigem a saída da presidente, apontada como a responsável pela violência, reivindicam o fechamento do Congresso, controlado pela direita, e



Protestos foram registrados em mais de 100 trechos de rodovias: governo alega que "ultrarradicalistas" querem "sangrar" a nação

a realização imediata de eleições.

Boluarte disse, no pronunciamento, que pediu ao Congresso que agilize os trâmites para a realização de eleições antecipadas em abril de 2024 — antes, elas seriam em 2026 — e descartou a possibilidade de deixar o cargo. "Não vou renunciar. Meu compromisso é com o Peru e não com esse grupo minúsculo que está fazendo o país sangrar", afirmou.

Ela dirigiu-se ao país na noite de sexta-feira, após a renúncia e a substituição dos ministros do Interior, do Trabalho e da Mulher.

A chefe do Executivo, porém, garantiu que o governo "está mais forte do que nunca", "com um gabinete ministerial comprometido em lutar pelo país". Ela também lamentou as mortes e pediu desculpas pelo clima de tensão. "Não posso deixar de

reiterar meu pesar pelas mortes de peruanos nos protestos. Peço desculpas por essa situação."

O Ministério Público investiga se Boluarte cometeu crime de genocídio. Oficialmente, 49 pessoas morreram em confronto com policiais. Há também 531 feridos, 355 civis e 176 policiais, e 329 detidos, segundo a Promotoria. Chefe da missão da Comissão Interamericana de Direitos

Humanos (CIDH) que esteve no país, o advogado guatemalteco Stuardo Ralón exigiu investigações imparciais sobre indícios de que elementos das Forças Armadas fizeram "uso excessivo da força" na repressão das manifestações.

A organização também ponderou que, para superar a crise, será necessário integrar comunidades historicamente marginalizadas,

onde se concentram os protestos mais violentos. Meca do turismo internacional, Cusco teve ontem as operações do seu aeroporto retomadas, depois de dois dias de suspensão das atividades por medidas de segurança. Sindicatos locais afirmam perder até 7 milhões de soles por dia (US\$ 1,7 milhão) com a crise.

## Fronteiras

Os fechamentos de vias afetavam, ontem, 11 regiões dos Andes e da Amazônia, especialmente no sul, perto das fronteiras com a Bolívia e o Chile. De acordo com estatísticas da Superintendência de Transportes Terrestres, nunca houve tantos bloqueios na atual crise.

As autoridades peruanas insistem que setores ultrarradicalistas estão por trás dos protestos, incluindo remanescentes do grupo guerrilheiro Sendero Luminoso. Como prova, apresentaram a captura de Rocío Leandro, o "Camarada Cusi". O ex-integrante da organização estaria montando um novo grupo, o Nueva Fracción Roja, e teria financiado o vandalismo que deixou uma dezena de mortos na região de Ayacucho. Organizações de esquerda acusam as forças de segurança de tentarem criminalizar os protestos.

## PANDEMIA

# Covid: China anuncia 60 mil mortos em um mês

Criticada pela falta de transparência no enfrentamento à covid-19, a China anunciou, ontem, a ocorrência de quase 60 mil mortes relacionadas à infecção pelo novo coronavírus em pouco mais de um mês — quase 2 mil por dia. O número, porém, pode estar subnotificado, tendo em vista a nova política de contagem de óbitos adotada, no mês passado, pelo país. Em resposta, a Organização Mundial da Saúde (OMS) pediu que sejam fornecidas informações mais detalhadas sobre a situação da doença.

O número — 59.938 óbitos

— refere-se ao período de 8 de dezembro e 12 de janeiro, depois que, sob fortes processos, o país encerrou abruptamente as políticas sanitárias mais restritivas, que duraram três anos. Segundo a nova regra, entram na contagem apenas as pessoas que morreram diretamente de insuficiência respiratória relacionada à infecção pelo Sars-CoV-2. Óbitos ocorridos fora dos hospitais, não — o que contribuiu para a suspeita de subnotificação dos dados.

O último balanço divulgado antes da nova metodologia

indicou a ocorrência de 37 mortes em um mês. Na avaliação da OMS, o método atual adotado pela China é "muito limitado". Durante uma conversa, ontem, por telefone com o diretor da Comissão Nacional de Saúde da China, Ma Xiaowei, o diretor geral da agência, Tedros Adhanom Ghebreyesus, solicitou informações adicionais sobre a covid-19. "Tedros também reiterou a importância de uma maior cooperação e transparência da China", já que esse material "possibilita entender melhor a situação

epidemiológica e o impacto desta onda" da doença no país, informa nota da agência.

Na semana passada, autoridades chinesas pediram à OMS que assumam uma postura "imparcial" em relação à covid-19 e afirmam que, neste momento, "não era necessário" focar no número exato de mortes. O infectologista Liang Wannian, chefe do painel de especialistas em resposta à covid-19 no país, argumentou que não havia consenso internacional sobre como classificar uma morte relacionada à doença.



País derrubou restrições sanitárias e adotou contagem polêmica de óbitos

Paulo Delgado



contato@paulodelgado.com.br

## A DEMOCRACIA AGONIZA NO MUNDO DIGITAL

Gabriel Boric, presidente do Chile, junto com Gustavo Pedro, da Colômbia, já no último domingo à noite, decidiram convocar reunião de emergência do Conselho Permanente da OEA (Organização dos Estados Americanos), na sua sede, em Washington, para que os 35 países-membros aprovassem resolução de fidelidade aos compromissos democráticos. E condenar os atos de sedição, organizados na frente do Quartel das Forças Armadas em Brasília, e que, naquela tarde, culminaram com a invasão e a depredação, de ousadia inédita, das sedes dos Três Poderes do maior país da América do Sul.

A eles logo se juntaram os presidentes dos EUA, Panamá, México, Canadá, Uruguai, Argentina,

Honduras e Antígua e Barbuda para a convocação oficial. O uruguaio Luís Almagro, Secretário Geral da entidade, abriu a reunião no formato soft, protocolar, sugerido pelo Itamaraty, ou seja, uma reunião de embaixadores — não dos chanceleres —, apenas de relato, de solidariedade continental e de condenação de movimentos golpistas. Não houve resolução que apontasse falhas ou vulnerabilidades na democracia praticada no Brasil, nem decisão de monitoramento internacional da questão.

Mas os desdobramentos virão. Os EUA, que enfrentam guerras pelo mundo e uma crise migratória centro-sul americana que soma mais de 1,7

milhão de detidos em sua fronteira com o México, anda em alerta máximo. A multiplicidade de heresias que tomou conta da política mundial é cada vez mais incontrolável. As promessas de respeito trazidas pela democracia e as gradações de desrespeito fixadas pelas leis não andam respeitadas diante da crise econômica, do poder arbitrário, do expansionismo militar. E a manipulação de desejos do mundo digital faz todo mundo se achar um personagem, portador de mídia própria, fazendo valores coletivos entrarem num redemoinho. O presidente Joe Biden teme que a confusão no Brasil seja a antevéspera da volta de Donald Trump ao cenário norte-americano, já que o ex-presidente é o guru da insurreição lá e cá e da incerteza porque passa a democracia.

Todas as autoridades, nacionais e internacionais, falam pelo Twitter, um microblog privado,

da Califórnia, para comunicação pessoal, através de 140 ou menos caracteres. Conhecido como portal, ferramenta ou plataforma, associado à internet, transforma a pessoa em usuário e seguidor, disponível em tempo real. O símbolo do Twitter é um passarinho, piu-piu em tradução onomatopaica. Uma infantilidade, o rosto mais eficiente da maldade. Enviar tweets é como piar, gorjear, ou, para muitos, arrulhar, gargantear.

Figuras vagas ou notórias se juntaram — também no WhatsApp e no Telegram — em torno de situações complicadas, guiadas por mensagens unilaterais, que informam, perguntam e respondem a si mesmas. Um ser de fendas abertas, penetrando nas brechas dos insatisfeitos. Pessimista ou otimista desinformados, crítico ou crédulo exagerados, temperamentais, doutor sabendo, há um tipo 24 horas no ar que incomoda o outro com o seu problema, buscando sócio

para a insônia. O caos, não afeição e privacidade, está hoje em primeiro lugar na cabeça da pessoa digital.

Até aí seria um problema de escolha de cada um. Mas não, é a expressão mundial da política individualista, sem austeridade e rigor oficial, porque cada um é o seu governo. Ser digital não é necessariamente um pendor sério, pode ser preguiça, uma forma de cabresto.

O que houve no Brasil não é fato agudo e passageiro. É projeto para uma democracia tolerada. O lusco-fusco do militarismo enfia a camisa de força no poder civil que se faz servil. Ambos jogando com a indignidade da intimidação, o poder inclinado a ver o resto do mundo à luz de suas convicções. A tarde do último dia 8 comeu, de forma ostentatória, símbolos da democracia e virou as costas para a lei. É difícil atribuir profundidade aos presos que escondem segredos de alta autoridade. Submetidos à

política das coisas, amam o poder que domina e oprime, livre para fazer o que quiser sob tutela. O Brasil está sendo obrigado a aceitar o inaceitável, o avesso do seu destino.

Ou as academias militares e de polícia se ajustam às noções de hierarquia, segurança e defesa na democracia, ou buscar conter o abuso de autoridade será como fogo que não pode ser extinto, por mais que se atire água. As brasas que não se apagam — e que o presidente Ernesto Geisel soube, na mesma hora, identificar e punir a matriz do problema — parecem querer voltar a exercer sobre o país sua soberania sem partilha.

O meio é a mensagem. Não é eficiente a política que se rende à linguagem de aplicativo. Sua lógica mecânica arrefece a inteligência e apela mais à paixão do que à razão. Usado para convocar o erro, não devia ser usado para condená-lo.

PAULO DELGADO, sociólogo